

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.193 - SP (2018/0289914-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **OLICIO DE PAIVA GRILLO**
ADVOGADOS : **AMAUARI CÉSAR BINI JÚNIOR E OUTRO(S) - SP325235**
 ANA CLAUDIA PASCHOAL GRILLO - SP341725
AGRAVADO : **S/A CENTRAL DE IMOVEIS E CONSTRUÇÕES EM**
 LIQUIDACÃO
ADVOGADOS : **VALDIR CAMPOI E OUTRO(S) - SP041322**
 MÁRCIA APARECIDA LUIZ - SP141142

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1022 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
3. Cabe ao julgador a interpretação lógico-sistemática do pedido formulado na petição inicial a partir de uma análise de todo o seu conteúdo, e não apenas da parte da petição destinada aos requerimentos finais.
4. Alterar o decidido no acórdão impugnado, quanto à necessidade de produção de novas provas para o deslinde da controvérsia, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
5. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por OLICIO DE PAIVA GRILLO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 07/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 23/11/2018.

Ação: rescisão contratual c/c reintegração de posse, ajuizada S/A CENTRAL DE IMOVEIS E CONSTRUÇÕES EM LIQUIDACAO, em face da agravante, em decorrência de contrato de comodato firmado entre as partes.

Sentença: extinguiu o processo, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73, ante o acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva.

Acórdão: anulou, de ofício, a sentença e determinou prosseguimento da ação.

Embargos de Declaração: opostos pelo embargante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 489, 561, 1013 e 1022 do CPC/15. Além da negativa de prestação jurisdicional, aduz, em síntese, que o autor não comprovou o esbulho praticado pelo agravante, razão pela qual, deve ser reconhecida a ilegitimidade passiva; foi violado o princípio da congruência recursal;

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da violação dos arts. 489 e 1022 do CPC/15

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1022 do CPC quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no REsp 1.469.906/MG, 3ª Turma, DJe de 16/02/2018; AgInt no AREsp 808.418/SP, 4ª Turma, DJe de 13/12/2017.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente sobre as questões aventadas, de maneira que os embargos de declaração opostos pelo agravante de fato não comportavam acolhimento.

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação

jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 489 e 1022 do CPC.

- Do julgamento fora do pedido

Na hipótese dos autos, não há julgamento fora do pedido, pois a lide foi decidida nos exatos termos em que foi proposta, havendo congruência entre a decisão, o pedido e a causa de pedir.

Com efeito, foi ajuizada ação de rescisão contratual c/c reintegração de posse, tendo sido acolhida, em sentença, a preliminar de ilegitimidade passiva, sob o argumento de que o agravante não exerce mais a posse sobre o bem, conforme análise de provas procedida naquele momento.

Por outro lado, o acórdão recorrido, novamente avaliando as provas produzidas, considerou "ser esta prova frágil e insuficiente para ensejar a solução dada ao feito em primeiro grau" quanto ao reconhecimento da ilegitimidade passiva, que é matéria de ordem pública.

Ademais, o STJ firmou entendimento no sentido de que cabe ao julgador a interpretação lógico-sistemática do pedido formulado na petição inicial a partir de uma análise de todo o seu conteúdo, e não apenas da parte da petição destinada aos requerimentos finais. Nesse sentido: REsp 1.639.016/RJ, 3ª Turma, DJe de 04/04/2017; EDcl no REsp 1.331.100/BA, 4ª Turma, DJe de 10/08/2016.

- Do reexame de fatos e provas

O TJ/SP assim se manifestou para o deslinde da controvérsia:

O MM. Juiz, ao analisar a documentação juntada pelas partes, entendeu demonstrada a transferência da posse do imóvel para terceiro (José Morales Vaccas), aceitando a anotação manuscrita no documento de fls. 18/19 como prova.

Contudo, em que pese tal compreensão, esta Relatora pondera ser esta prova frágil e insuficiente para ensejar a solução dada ao feito em Primeiro Grau.

E mesmo os documentos trasladados da Ação Civil Pública (fls. 139/140) não serviriam como prova cabal de que o

recorrido não violou a cláusula contratual, em que pese o alegado nas contrarrazões.

Isso porque, mesmo as alegações da recorrente acerca da atual situação dos terrenos os quais estariam na posse de Orivaldo Frameschi, Osmar Gasparin e Kondo Teruo a princípio não eximiria o requerido da responsabilidade, mormente pairando dúvida acerca da eventual cessão ou transferência do imóvel a terceiros sem a expressa anuência da proprietária comodante, conduta vedada pelo contrato de comodato firmado em 1990.

De qualquer forma, é possível que outras pessoas estejam com a posse do aludido bem, devendo ser verificado a qual título além do respectivo período, possibilitando as providências legais cabíveis por parte de todos os envolvidos em ação própria, lembrando existir uma ação civil pública em relação à área objeto da lide.

Dessa forma, à mingua de outras provas que possam esclarecer minimamente a forma em que o requerido contribuiu para a atual situação dos imóveis e ausente qualquer evidência documental apta a comprovar a devolução dos terrenos pelo requerido à requerente, verifica-se ter sido a r. sentença proferida de forma precipitada, sendo necessária maior dilação probatória em Primeiro Grau, para que sejam esclarecidas todas as questões ainda controversas em relação à lide, em cotejo com as alegações das partes, respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

Desse modo, alterar o decidido no acórdão impugnado, quanto à necessidade de produção de novas provas para o deslinde da controvérsia, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGOU-LHE PROVIMENTO.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora

